

**Pelos olhos de Carolina: fragmentos das representações das infâncias e das juventudes em “Quarto de despejo”****Juliana NICOLAU<sup>1</sup>**

“[...] Quem reside na favela não tem quadra de vida. Não tem infância, juventude e maturidade” (Carolina Maria de Jesus)

A partir do livro *Quarto de despejo*, este texto pretendia abordar a temática da infância, focando a menina, Vera Eunice e suas vivências entre os 2 e os 5 anos de idade. Mas, como discorrer a infância e como apreender os significados que lhe são atribuídos sem levar em consideração o que vem antes e o que se espera a vir depois? Diante desse obstáculo, optamos por tratar as infâncias brasileiras nos anos 1950 a partir das representações, quer dizer, dos conhecimentos cotidianos que orientam as práticas sociais descritas no livro acima sua pela autora, Carolina Maria de Jesus.

Nas primeiras décadas do século XX, com a instalação das primeiras indústrias e o início do processo de urbanização, a sociedade brasileira passa por um processo de modernização que resulta em mudanças sociais e culturais. Estas influenciam os valores e as práticas sociais como também a re-significação do que se entende por infância e por juventude (BRITES, 2000). Desde os anos 1930, por meio de propagandas, essas duas etapas da vida são incorporadas à estratégia de educação e de melhoria das condições de higiene e de saneamento da população; também são elas afirmadas como a riqueza da nação e portadoras de necessidades específicas que precisam ser supridas constantemente, tais como saúde, educação, religiosidade, lazer, entre outras. Mas, todas as crianças e os jovens participam desta realidade?

---

<sup>1</sup> Pós Graduanda em Ciências Sociais junto à FFC/UNESP, membro do Grupo de Estudos sobre Infância e Juventude e pesquisadora sobre a questão do trabalho doméstico infantil.

No cenário deste livro, várias crianças e jovens<sup>2</sup> vivem com as suas famílias, como filhos naturais ou adotados, o que resulta em relações sociais que merecem atenção. Em *Quarto de despejo*, no que se refere à infância e à juventude, Carolina nos apresenta um discurso complexo, destacando como os seus filhos e as outras crianças utilizam o tempo e o espaço; a socialização entre as crianças; as experiências infanto-juvenis marcadas pela carência afetiva, pela desnutrição, pela doença, pela privação, pela violência física e simbólica, pela morte e pelas desigualdades e tensões sociais.

Viver na favela do Canindé, na visão de Carolina, significa conviver com o outro. A particularidade de pouco espaço, no âmbito público e privado, faz com que homens, mulheres e crianças tenham uma convivência coletiva, onde valores, vontades e atitudes se misturam e se chocam.

Carolina se remete a diversas passagens para demonstrar como as vivências do cotidiano imprimem marcas nas crianças e nos jovens e acarretam um processo negativo de socialização. Exemplo que é recorrente no texto da autora é a convivência com a obscenidade: “[...] quando os casais que se embriagam brigam, a mulher, para não apanhar sai nua para a rua [...] Depois começam os comentários entre as crianças [...] Tudo o que é obsceno, pornográfico o favelado aprende com rapidez (p. 46)”. Ou ainda com a prostituição: “[...] Nas favelas, as jovens de 15 anos permanecem até a hora que elas querem. Mescla-se com as meretrizes, contam suas aventuras [...] (p. 20)”. Também com a criminalidade: “[...] Durante o dia, os jovens de 15 e 18 anos sentam na grama e falam de roubo [...] (p. 23)”.

Aparentemente preocupa a autora a produção e reprodução de sua coletividade, por parte das crianças e dos jovens. Tanto o é que, embora a literatura brasileira demonstre que nos anos 1950 o uso dessas drogas legais, desde a tenra idade, era comum, Carolina se posiciona contra a sua utilização. A autora ainda demonstra como esta conduta se inicia na infância, no convívio familiar ou entre pares, constituindo um ato social, como ela nos diz: “[...] O que eu reprovos nas favelas são os pais que mandam os filhos comprar pinga e dá as crianças para beber [...] (p. 22)”. Carolina descreve as

---

<sup>2</sup> Como o foco do livro é relatar as experiências vividas pelos moradores da favela, Carolina Maria de Jesus não nos define o que ela entende por criança ou por adolescente. Então, optamos por utilizar passagens em que as pessoas envolvidas têm menos de 18 anos de idade.

conseqüências desse comportamento dos pais: “[...] Era o Joãozinho [...] com um chicote na mão e atirando pedra nas crianças. Corri e arrebatei-lhe o chicote das mãos. Senti o cheiro de álcool. Pensei: êle está bêbado porque êle nunca fez isto antes. Um menino de 9 anos. O padrasto bebe, a mãe bebe e a avó bebe. E êle é quem vai comprar pinga. E vem bebendo pelo caminho (p. 106)”.

Outro ponto que inquieta a Carolina é a situação de privação econômica das crianças e dos jovens que, ao perceberem que são impedidos ao pleno acesso às condições mínimas de sujeito social e aos direitos universais, buscam mudanças. Nesse sentido, aqueles que experimentam constantemente a fome procuram meios de passar para um grupo que ocasionalmente tem o que comer, como um pequeno vizinho de Carolina: “[...] Se eu fosse seu filho eu não passava fome. A mamãe ganha pão duro e nos obriga a comer os pães duros até acabar. Segui pensando na desventura das crianças que desde pequeno lamenta a sua condição no mundo [...] (p. 102)”.

Algo semelhante acontece quando percebem os estigmas referentes ao lugar onde moram: “[...] A Vera começou dizer que gostava de residir numa casa igual a da Dona Julita [...] (p. 129)”. Ou quando notam que os seus desejos e direitos não estão sendo respeitados, devido à irresponsabilidade dos adultos: “[...] A Vera queria comparar um vestido. Eu disse-lhe que o seu pai não havia levado o dinheiro. Ela ficou triste e disse: – Mamãe, o meu pai não presta! (p. 159)”.

Comumente, os jovens e, principalmente, as crianças manifestam o seu desejo por obter comida, roupa e outros gêneros. A autora traz ilustrações de como em determinadas situações jovens e crianças são corajosos e ousados. Em uma delas, Carolina fica insegura diante de um visitante a favela, uma pessoa que aparenta ter boas condições econômicas, “[...] Mas a minha filha Vera Eunice ergueu o braço e disse: – Dá, eu té. Compá papato. Eu disse: – Ela está dizendo que quer o dinheiro para comprar sapatos [...] Eu olhei o dinheiro que ele deu a Vera. Cem cruzeiros! (p. 25)”.

As restrições às crianças e aos jovens de *Quarto de despejo* são inúmeras. Nem mesmo o ambiente familiar significa proteção para eles. Algumas vezes, neste espaço e devido à violência, pais representam perigo para os filhos e vice-versa, como podemos acompanhar nos seguintes trechos: “[...] Mas um dia eles embriagaram, e brigaram e lutaram dentro de casa [...] Na confusão, o menino caiu no assoalho e pisaram-lhe em

cima [...] Levaram para o Hospital das Clínicas. Engessaram o menino. Mas os ossos não ligaram. O menino morreu (p. 64)” e “[...] Tem um adolescente por nome Julião que às vezes expanca o pai. Quando bate no pai é com tanto sadismo e prazer [...] O pai queria que ele estudasse para advocacia [...] (p. 38)”.

As vielas da favela considerada pelas crianças e jovens como espaço de entretenimento, também podem ser transformadas em espaços de violência, como observamos em alguns parágrafos “[...] Se êle<sup>3</sup> me aborrecer outra vez eu quero jogar é água com soda para ele não encherar mais e não aborrecer mais ninguém (p. 79)” e “[...] A bola caiu no quintal do Vitor. E a mulher do Vitor furou a bola do menino. E os meninos começaram a chingar. Ela pegou um revolver e correu atrás dos meninos [...] (p. 142)”.

Esta relação violenta contra a infância e a juventude não se restringe ao convívio na favela. Durante os anos de 1950 existe uma confusão com o termo *menor*, as crianças e os jovens oriundos das camadas médias e alta são relacionados ao termo “bem-nascido”, enquanto as crianças e os jovens das camadas populares são vinculados à expressão “menor”, remetido a menos direitos e deveres em comparação aos adultos, à pobreza e à criminalidade. Em 1948, mesmo com a distinção entre “menor abandonado” e “menor infrator”, tornar-se um sujeito de direito à assistência social ou receber uma sanção penal é comumente referido ao desviante, ao abandono moral, à criminalidade e à pobreza, por juízes, outros profissionais ligados à área da infância e da juventude e pela própria população (MORELLI, 1999).

Esse aspecto é mostrado por Carolina, não sabemos se de maneira intencional, ao descobrir e nos revelar o fato de que em ocasiões em que crianças e jovens deviam ser submetidos a uma ação reparadora e curativa, para em um segundo momento poderem participar da vida social de maneira positiva, eles eram punidos e mal-tratados. É o caso das crianças internadas e encaminhadas ao juizado de menores. A autora narra que “[...] Contaram-me os horrores do Juizado. Que passam fome, frio e que apanham ininterruptamente [...] e pediu-me para não internar o João que a comida é deficiente [...] Os meus filhos ficaram horrorizados com a narração dos fugitivos. Decidi não internar o João porque êle tem apetite [...] (p. 87)”.

---

<sup>3</sup> A vizinha de Carolina refere-se a José Carlos, filho da autora.

Mesmo convivendo com tantas limitações, na interpretação de Carolina a maturidade não se anuncia nessas crianças e jovens e, por isso, elas precisam da intervenção constante e permanente dos adultos. E em alguns momentos os adultos devem ter a atenção redobrada: “[...] A Vera, pois a carne em cima do saco, o cachorro pegou. Chinguei a Vera. – Ordinária, preguiçosa. Hoje você vai comer m.... Ela dizia – Deixa, mamãe. Quando eu encontrar o cachorro eu bato nele”.

No entendimento da autora, as crianças não têm como discernir o que é bom ou o que é ruim, o que pode criar hábitos negativos. Portanto, modos diferentes de inserção social, mesmo aqueles que remetem ao pensamento de infância e juventude da classe média, devem ser interrompidos. “[...] O bendito João, o meu filho manequim, não presta atenção em nada. O barraco estava aberto e os sapatos espalhados pelo assoalho. Ele não pois fogo no feijão [...] dei-lhe uma surra, com uma vara e uma correia. E rasguei-lhe os gibis desgraçados [...] (p. 128)”.

Supomos que para Carolina a forma inadequada da intermediação entre a criança/jovem e o mundo é um problema de socialização das crianças e dos jovens da favela do Canindé. Para autora, uma interação social positiva pode ser decisiva para tornar mais saudáveis as suas vidas. Portanto, é muito importante o modo como um grupo social concebe, constitui e orienta os primeiros anos das pessoas, como a autora exemplifica nessas duas passagens: “[...] Disse que ela (Vera Eunice) e José Carlos tinham ido pedir esmolas. Ele (José Carlos) estava com o saco nas costas. Eu vinha na frente e dizia que êle devia era fazer lições [...] (p. 83)” e “Ele (João) conversa comigo e eu vou revelando as coisas inconvenientes que existe no mundo [...] O meu filho, com 11 anos já quer mulher. Expliquei-lhe que êle precisa tirar o diploma do grupo. E estudar depois, que o curso primário é muito pouco (p. 91)”. E assim, quem sabe um dia, conseguir direito à ascensão e à inclusão social.

Na década de 1940, implementam-se instituições, como o Serviço de Atendimento ao Menor (SAM), a Legião Brasileira de Assistência (LBA), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizado Comercial (SENAC), etc (MORELLI, 1999). Temos a hipótese de que as políticas públicas de profissionalização associadas ao anseio de mudanças sejam os motivos que

levam Carolina a aconselhar os seus filhos e as outras crianças a aproveitarem uma das poucas coisas que podem desfrutar da cidade, o acesso aos estudos.

Apesar de predominar uma visão adultocêntrica, uma vez que a autora em muitos trechos aborda os discursos e as práticas das crianças e dos jovens de forma genérica, o que dificulta a interpretação de seus pontos de vistas, das significações que eles atribuem às suas experiências e o porquê de fazerem o que fazem, ao longo do seu livro, abre espaço para a infância, na época um tema pouco abordado.

Para Carolina, falar das crianças e dos jovens da favela do Canindé é falar de brigas, de desentendimentos, de drogas legais, de morte etc. Com isso, a autora nos mostra e nos leva a pensar no quadro de desigualdade social.

Ao expor que as crianças e os adolescentes são sujeitos ativos de seu processo de socialização, capazes de discernir, formar juízo sobre as suas condições de vida, reproduzir e produzir visões de mundo, Carolina nos permite pensar nas múltiplas faces da infância e da adolescência, nas questões do pertencimento social, das drogas legais, da transmissão de experiência, dos vários modelos educativos e domésticos, da escolarização entre outras.

Surpreendentemente, a autora tem a sensibilidade de nos mostrar a imaturidade e a irresponsabilidade de muitos adultos, que deveriam ser os responsáveis pelas crianças e pelos jovens, como também estes últimos são corajosos, audaciosos e podem ter um papel importante dentro da família e as suas aflições de viver em situação marcada pela carência material e simbólica.

#### Referências bibliográficas:

BRITES, O. Infância, higiene e saúde na propaganda (usos e abusos nos anos 30 a 50). *Revista brasileira de História*. 2000 Vol. 20. no. 39, p. 249-278 Disponível em [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-882000000100011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-882000000100011&lng=en&nrm=iso)> Acesso em 07/07/2006

MORELLI, A. J. A inimputabilidade e a impunidade em São Paulo. *Revista brasileira de História*. Set. 1999, vol.19, no.37, p.125-156. Disponível em: <[www.scielo.br/](http://www.scielo.br/)

[scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881999000100007&lng=es&nrm=iso](http://scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100007&lng=es&nrm=iso).

Acesso em 07/07/2006